

anti- ~~capitalista~~

A Europa

e o
futuro



Eleições europeias: quem celebra quando a extrema-direita se põe à vontade?

P. 3

Espanha: Quando a esquerda já não consegue Sumar

P. 4

Futuro
DOSSIÊ

Imaginamos o futuro para agir no presente

E eis que chega uma nova edição da revista Anticapitalista às tuas mãos, trazida por carta, por uma mão amiga, ou através de um clique do rato. Publicada mensalmente pela Rede Anticapitalista, esta revista é construída para ti e para todos e todas que querem aprofundar o debate dentro do Bloco. Este número não falha nesse objetivo.

O mês que se inicia será um período de muitos debates e balanços, depois de umas eleições europeias que abanaram a Europa. Para ajudar a esta reflexão, este número traz dois textos inteiramente dedicados a este tema. É sobre isto que escreve o Daniel Borges, no texto que abre este número. Apesar da atividade sísmica que abanou alguns países da União Europeia, parece ter havido algum alívio por parte das lideranças do centrão, que fazem contas ao número de mandatos e a possíveis acordos com a extrema-direita para se manter no poder.

De seguida, continuamos a análise europeia, mas desta vez observando o caso particular do Estado Espanhol. Convidámos o Miguel Urbán a descrever o impacto do resultado das eleições europeias em Espanha, e de como o Sumar, um projeto de agregação da esquerda, se está a converter em mais uma força da constelação cada vez mais fragmentada da esquerda espanhola.

Mas há mais além da Europa neste número. A Cristina Dabó, traz-nos uma reflexão sobre a importância do primeiro encontro antirracista do Bloco, que se realizou no final do mês de junho, na Amadora. 25 anos depois da criação do Bloco de Esquerda, foi criado um espaço, organizado maioritariamente por pessoas racializadas e/ou migrantes, para discutir o racismo, o passado colonial, e para construir comunidade.

E o mês de julho, que entra a fundo na estação do verão, onde se prevê que sejam novamente batidos recordes de temperatura, não podia deixar de questionar o futuro do movimento climático em Portugal. É para esse desafio que nos convoca o texto do Tiago Sequeira, que reflete sobre isto no balanço que faz sobre a manifestação do passado dia 1 de junho, em Lisboa, com o lema “Nós fazemos o futuro”.

Com tudo isto para pensar e refletir, importa também saber como nos projetamos no futuro. E quando fechamos os olhos, para imaginar esse futuro e para tomar decisões no presente, como o vemos? Para onde queremos ir? É sobre isso que fala o dossiê que preparámos neste número, com o tema: Futuro. A Andreia Galvão dá o pontapé de saída, com um texto sobre a crise do futuro, mas há mais por onde descobrir e imaginar nos textos que seguem: no futuro será necessário mais tempo para ter tempo, e será necessário revolucionar a forma como encaramos o conhecimento e a educação escolar, por fim, será possível imaginar uma cidade no futuro?

São estes os debates que este número convoca. Sem fechamentos, em busca de um futuro melhor, que nascerá da luta social na qual nos empenhamos diariamente.

2 Editorial

Imaginamos o futuro para agir no presente

3 Europa

Eleições europeias: quem celebra quando a extrema-direita se põe à vontade?

4 Estado Espanhol

Quando a esquerda já não consegue Sumar

6 Racismo

25 anos mais tarde: O primeiro encontro antirracista do Bloco

7 Clima

Como fazer o futuro do movimento climático em Portugal?

8 Sugestões Culturais

Poesia / Urgência Climática / Mais alto!

Dossiê | Futuro

Andreia Galvão

Carolina Serrão

João Teixeira Lopes

Manuel Sarmento

Ricardo Moreira

Ficha Técnica

Conselho Editorial

Alda Sousa

Ana Feijão

Andrea Peniche

Andreia Baptista

Daniel Borges

Duarte Santos

Francisco Louçã

Hugo Monteiro

Inês Sena

João Bernardo Narciso

José Miguel Ricardo

Leonor Figueiredo

Marco Marques

Patrícia Felício

Paulo Antunes Ferreira

Rodrigo Sousa

Design Gráfico e Ilustração

Duarte Santos

Paginação

Tiago Tavares

Participaram nesta edição

Andreia Galvão

Carolina Serrão

Cristina Isabel Dabó

Daniel Borges

João Teixeira Lopes

Manuel Sarmento

Marco Marques

Miguel Urbán

Ricardo Moreira

Tiago Sequeira

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

Eleições europeias: quem celebra quando a extrema-direita se põe à vontade?

Texto de Daniel Borges

Os resultados das eleições europeias foram recebidos com uma espécie de afeto caloroso pelas lideranças do PPE e da S&D que, temendo o desmoronamento do seu reinado às mãos da extrema-direita, terão ficado aliviados pelo facto de a relação de forças parlamentar ter ficado relativamente intacta.

Escondido debaixo desta celebração de fachada que se defende com a distribuição do número total de mandatos, está uma realidade mais sinistra: os centros de poder na União Europeia estão infestados pela extrema-direita. Em França, o Rassemblement National de Marine Le Pen tem uma vitória esmagadora, somando sozinho mais mandatos que as coligações de centro-direita e centro-esquerda juntas (ao mesmo tempo, a coligação do Reconquête de Eric Zemmour passa de 1 para 5 eurodeputados); em Itália, Meloni ganha mais 14 eurodeputados para vencer a noite eleitoral; na Alemanha, a AfD fica à frente dos partidos do Governo.

Em vez da reestruturação do Parlamento Europeu que as sondagens erradamente previam, o efeito das eleições é outro. A extrema-direita consolida a sua posição no Parlamento Europeu e os resultados são usados como barómetro da política nacional. Macron dissolve a assembleia, o governo de Olaf Scholz sai ainda mais fragilizado, Meloni fortalece a sua posição. E o centro celebra enquanto a extrema-direita se põe à vontade.

Não é que o incómodo seja muito. Aliás, Ursula Von Der Leyen que se recandidatava à presidência da Comissão Europeia, dizia já antes das eleições e com tranquilidade estar disposta a negociar com os Reformistas e Conservadores para assegurar a sua reeleição. É mais um episódio que confirma aquilo que já sabemos: o centro não perde tempo a fazer acordos com a extrema-direita para se manter no poder.

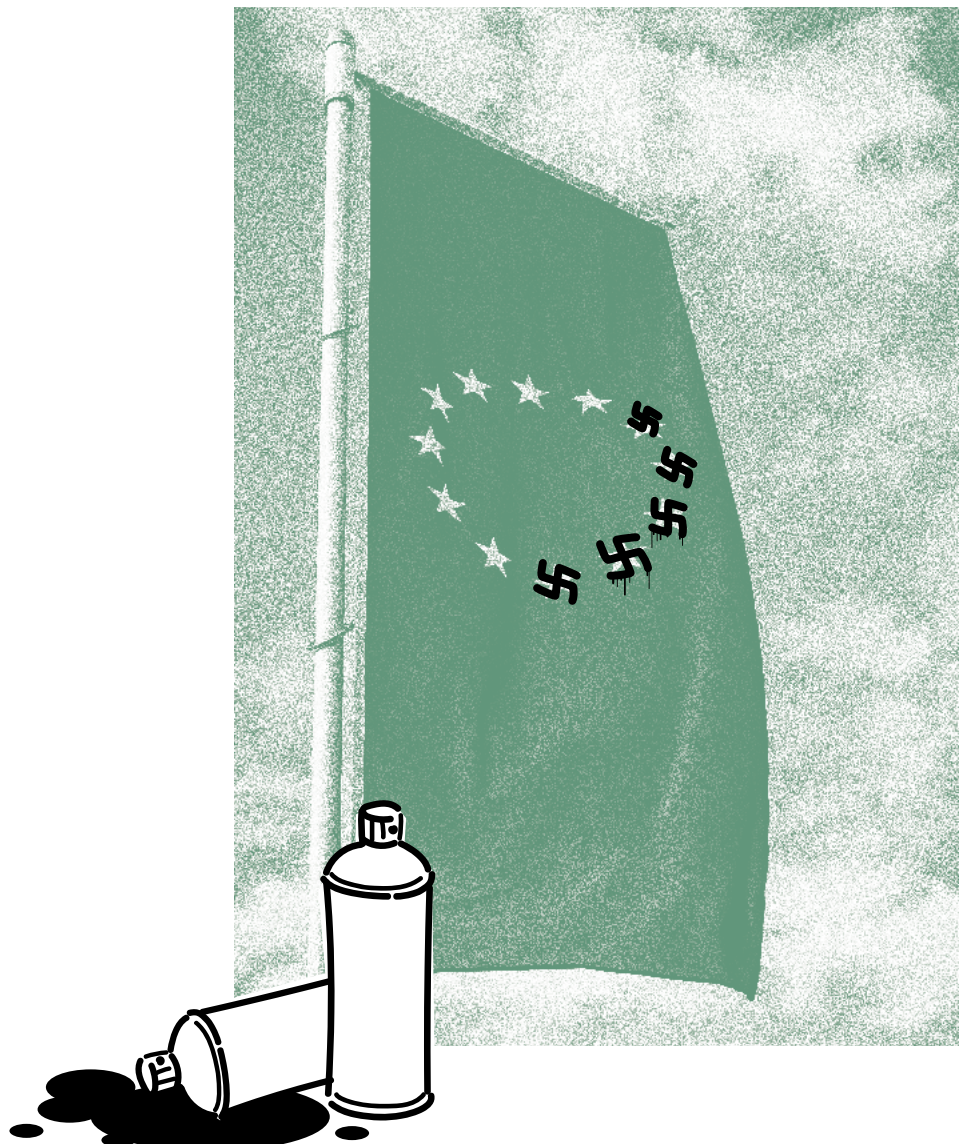
A esquerda, no entanto, não beneficia desta farsa política. O The Left resiste às eleições mas os partidos da esquerda europeia não encontraram ainda formas de mobilizar o voto em massa, saindo derrotados de umas eleições centradas nas migrações e no crescimento da extrema-direita. Com exceção de quatro países - dos quais se destaca a França - os partidos da esquerda europeia não avançam e os seus melhores resultados são apenas e simplesmente a resistência.

Essa tendência é particularmente frustrante quando temos em conta a queda dos Verdes Europeus. A família política, que é na verdade

uma miscelânea de partidos de causas, vagamente progressistas, piratas e até partidos de agricultores, normalmente criados à imagem dos Verdes alemães, saiu fragilizada destas eleições. O mundo pós-ideológico sai caro e o Fridays For Future está reduzido a poucas centenas de pessoas, mas nem por isso a esquerda europeia, a “New Green Left”, consegue captar quantidades significativas de votos descontentes com os partidos verdes que, como se vê na Alemanha, jogam com todos e não têm linhas morais. Essa incapacidade estrutural de disputar os votos dos Verdes - até quando os Verdes perdem votos - prejudicará a esquerda a longo termo, não no seu formato ‘europeu’ mas nas disputas nacionais onde muitas vezes partilham eleitorados semelhantes. Na Alemanha, por exemplo, onde os verdes mais perdem, a esquerda perde também.

Dos liberais, que pelos números parecem os grandes derrotados das eleições, não se pode dizer tanto. Têm três grandes derrotas na França, em Espanha e na Roménia, e são o grupo que perde mais mandatos. Mas a análise aprofundada mostra que a queda dos liberais não é uma tendência que atravessa a Europa. É antes um resultado do fracasso da política liberal, particularmente em França, onde Macron é brutalmente derrotado, e da impotência da coligação nacionalista liberal em Espanha. Em praticamente todos os outros países, no entanto, os liberais elegem novos deputados ou resistem consistentemente.

Para lá do susto das sondagens, o Parlamento Europeu fica com uma composição não muito distante da que tinha antes. O “terramoto político” que se avisava a cada esquina não chegou na reconfiguração do parlamento, mas sim nas vitórias da extrema-direita no eixo franco-alemão. Estas eleições deixam-nos um aviso para o que se aproxima nas salas de reuniões de Berlim e Paris. É a partir dessas salas que a União Europeia é governada. Se a extrema-direita ganhar nos centros de poder da Europa, a relação de forças no Parlamento Europeu perde a sua importância. Enquanto isso não acontece, a direita tradicional vai celebrando a sua vitória enquanto adota as políticas extremistas como suas próprias.



Quando a esquerda já não consegue Sumar

Texto de Miguel Urbán

As últimas eleições europeias geraram diversos terremotos políticos por toda a Europa. Na França, Emmanuel Macron viu-se obrigado a convocar eleições legislativas antecipadas perante a esmagadora vitória da extrema-direita de Le Pen. Na Bélgica, o Primeiro-Ministro, Alexander De Croo, anunciou sua demissão após a derrota de seu partido, os Liberais e Democratas Flamengos (Open VLD). Isto é o que se esperava que acontecesse no Estado Espanhol, Núñez Feijóo, líder do Partido Popular, quando há um mês as pesquisas lhe auguravam uma vitória por mais de dez pontos de vantagem sobre o PSOE de Pedro Sánchez. Embora, mais uma vez, Sánchez tenha mostrado sua resiliência e a sua capacidade de reverter as sondagens adversas, repetindo o bom resultado das eleições de 2019 e perdendo para o PP por apenas dois assentos.

Mas, enquanto o PSOE conseguiu manter as posições e evitar a contaminação eleitoral europeia, o seu sócio minoritário de governo, o partido Sumar, parece ter entrado em colapso anunciado. Num novo episódio da crise do então chamado “espaço de mudança”, desde que em 2016 não conseguiu o famoso sorpasso ao PSOE. Desde então, a esquerda não conseguiu digerir sua derrota, germinando uma crise manifestada no seu declínio eleitoral, em tensões organizacionais, no cainismo entre os seus diferentes atores e no desgaste das suas lideranças e partidos. Uma crise agravada pela entrada num governo minoritário com o PSOE num momento de esgotamento do ciclo político das praças e eleitoral das forças anti-neoliberais. Primeiro foi a demissão da liderança de Pablo Iglesias e o declínio do Podemos como a força centrípeta do espaço de mudança. Agora assistimos à semi-renúncia¹ de Yolanda Díaz e à crise do Sumar tanto como organização independente como coligação eleitoral.

¹ Yolanda Díaz, no dia depois das eleições europeias, anunciou a sua demissão como líder da coligação de partidos Sumar, apesar de ter esclarecido, posteriormente, que se irá manter na comissão executiva do Sumar e manterá os seus cargos institucionais de vice-presidente e ministra do trabalho.



Como dizia o velho Marx no 18 de Brumário, a história só se repete duas vezes, primeiro como tragédia e depois como farsa. A oportunidade perdida pelo Podemos e seus aliados, em 2015-2016, de conseguir ultrapassar o PSOE, foi uma autêntica tragédia e, em certa medida, o início do fim do ciclo. Enquanto o Sumar foi a farsa de tentar emular a construção de um Podemos 2.0 e voltar ao cenário político/eletoral de 2015. Tudo isto com um ciclo político esgotado, a partir da subalternidade com o PSOE, sem nenhuma reflexão crítica sobre a experiência de governo e com uma tentativa, por momentos paródica, de emular e recuperar a participação popular dos inícios do Podemos, reproduzindo muitos de seus rituais formais, mas desligados de uma base popular que lhes dava sentido.

O ciclo eleitoral que, de certa forma, encerra as europeias começa com as eleições municipais e autônomas da Primavera de 2023, onde se verificou nas urnas o óbito do Podemos como a força motriz do espaço político à esquerda do PSOE. Desaparecendo institucionalmente de boa parte dos municípios e da maioria dos parlamentos autônomos, depois de uma legislatura em que havia participado, em minoria, com o PSOE em cinco governos regionais. A queda eleitoral do Podemos, a dispersão das forças da esquerda que concorreram separadamente em muitos municípios e territórios, e a desmobilização do voto progressista favoreceram uma esmagadora vitória do bloco da direita e da extrema-direita que durante vários meses se viu a ocupar o palácio da Moncloa.

A rápida convocação eleitoral, por parte de Sánchez, para o dia 23 de junho, logo após o debacle municipal e autônomo, permitiu-lhe recuperar a iniciativa política colocando um plebiscito entre ele ou um governo com Santiago Abascal, como ministro do Interior. Mobilizando e agrupando boa parte do voto progressista, que voltou ao PSOE como uma questão de autodefesa ante o monstro da extrema-direita. Além disso, ajustou os tempos à sua esquerda, o Sumar partido foi incapaz de se formar a tempo e a coligação do Sumar nasceu com o capital eleitoral de Yolanda Díaz como único cimento, e entre fortes tensões, especialmente com o Podemos, que se recusava a assumir o seu papel subalterno e o veto à sua principal figura, a ministra da Igualdade Irene Montero. As tensões, fraturas, e dores galvanizadas na campanha das eleições gerais exacerbaram um contexto caíniano que marcou a competição eleitoral nas europeias.

Assim que pôde, o Podemos encenou a sua rutura formal com o Sumar, abandonando o grupo político no Congresso e passando a misto. Uma vez fora o Podemos, o Sumar perdeu boa parte do cimento que comportava um inimigo interno consensual como eram os roxos, agravando as tensões entre a diversidade das organizações da coligação, que sempre viram o Sumar como um espaço instrumental, e não como um partido que pudesse chegar a ser um guarda-chuva político das diferentes forças que constituíam a coligação ao estilo do que foi o nascimento da Izquierda Unida (IU).

Assim, enquanto o Sumar chegava à campanha eleitoral das europeias no meio de fortes tensões internas, com o modelo partido/coligação que ficou patente na tortuosa confecção das listas, o Podemos, por sua vez, chegava com a coesão de saber que estava em jogo a sua própria sobrevivência, na eleição de Irene Montero como eurodeputada. Entendendo perfeitamente que a sua vitória não era tanto aspirar aos resultados de 2014 ou 2019, mas sim sobreviver, dessa forma leram melhor que o Sumar o cenário político. O seu espaço era aparecer como a esquerda à esquerda, disputando o voto mais à esquerda, explorando as contradições do governo e marcando um perfil próprio como a única força consequentemente Anti-NATO e Anti-guerra. Desta forma, sem obter nenhum grande resultado (3,28% e duas deputadas), conseguiram reverter os maus resultados de ficarem sem representação na Galiza, Euskadi, que os haviam obrigado a não se apresentarem na Catalunha; tornaram-se o partido à esquerda do PSOE com mais eurodeputados, e voltaram a entrar na disputa do espaço da esquerda. Enquanto o Sumar explodiu numa profunda crise - apesar de obter 200.000 votos e um eurodeputado a mais que o Podemos - por não cumprir as suas expectativas e perder quase cinco pontos percentuais em relação ao resultado da Unidas Podemos em 2019. O Sumar viu-se preso na tenaz do Podemos pela esquerda e Sánchez pela direita, que o deixaram sem um espaço claro (num dia de campanha eram a esquerda, no outro, os verdes), sem discurso e ideias-força, respondendo mais ao Podemos que aparecendo com um perfil próprio, e imerso nas suas disputas internas, marcadas pelas feridas da configuração da lista. Nesse sentido, o último trecho da campanha foi marcado por conseguir o quarto deputado, demonstrando as suas baixas expectativas, para que a IU não ficasse sem representação na Europa pela primeira vez desde sua fundação.

As eleições europeias mostraram todas as fraquezas das forças políticas à esquerda do PSOE, exceto as forças soberanistas bascas e galegas, abrindo uma crise que certamente gerará um novo reordenamento das mesmas já não tanto de acordo com suas forças, mas mais em relação à equivalência das suas fraquezas, e com o governismo subordinado ao PSOE como único cimento. Mas é claro que onde não parecem restar dúvidas é que a experiência do Sumar como partido guarda-chuva morreu e, no melhor dos casos, se converterá em mais uma força da constelação cada vez mais fragmentada da esquerda espanhola.

25 Anos Mais Tarde: O Primeiro Encontro Antirracista do Bloco

Texto de Cristina Isabel Dabó

O primeiro encontro nacional antirracista do Bloco de Esquerda, batizado “Nosso Futuro, Nossa Libertação” vai realizar-se nos dias 29 e 30 de junho, na Amadora, 25 anos após a criação do Bloco.

Nascido da necessidade de um espaço para discutir com mais profundidade o racismo do qual ainda somos vítimas diariamente, de continuar a discussão do passado colonial que não é assim tão distante, para termos também um lugar simultaneamente de politização, mas também de comunidade, foi criado este núcleo antirracista.

O núcleo organizador do fórum antirracista é constituído maioritariamente por pessoas racializadas e/ou migrantes, pois queremos ser as narradoras e construtoras das nossas histórias, expressar as nossas preocupações, para que o diálogo não seja controlado por pessoas brancas que apenas estudam o racismo, mas nunca o experienciaram.

Para que o primeiro encontro nacional antirracista seja verdadeiramente representativo, organizamos várias reuniões preparatórias abertas ao público, por todo o país. Assim, cumprindo o nosso objetivo, que seja um encontro de construção política conjunta e aprendizagem mútua e não uma imposição de narrativas, onde vamos ensinar às participantes “o que é o racismo”, queremos ao invés que elas partilhem as suas experiências e visões.

Apesar do Bloco de Esquerda ser um partido de esquerda progressista com um programa antirracista, o Bloco – à semelhança a todos os partidos portugueses – tem um problema enorme de representatividade a nível étnico-racial, sendo que as pessoas na direção são praticamente exclusivamente brancas. Nós queremos mudar isso.

Queremos mais pessoas negras, ciganas e migrantes no partido, não como tokens, mas como vozes que lideram o discurso antirracista – e que não se cingem a falar apenas sobre o racismo, mas de feminismo, dos direitos LGBTQIA+, socialismo, ambiente e milhares de outros temas sobre os quais também temos toda a capacidade de falar, pois somos pessoas complexas e existimos para lá da nossa experiência de pessoa racializada.

Vamos fazer na periferia o centro da conversa, na Amadora – onde eu e muitas pessoas semelhantes a mim nascemos e viveram. Na Escola Secundária D. João V, nos dias 29 e 30 de junho, esperamos por ti, independentemente da tua descendência, junta-te a nós neste nosso primeiro grande encontro.

Um espaço para todas nós, para construir o nosso futuro, a nossa libertação!



Como Fazer o Futuro do Movimento Climático em Portugal?

Texto de Tiago Sequeira

No dia 1 de Junho, em Lisboa, realizou-se uma manifestação com o lema “Nós Fazemos o Futuro”, no âmbito de uma convocatória europeia que visava realçar a importância das eleições europeias para o combate à crise climática. Grande parte das medidas de mitigação têm de ser implementadas já de modo a cumprirmos as metas de redução de emissões de gases com efeito de estufa dentro dos prazos definidos pela ciência e, sendo a União Europeia responsável por uma parte muito significativa das emissões globais, os cinco anos do próximo mandato do Parlamento Europeu são decisivos. Isso requer, segundo a convocatória da manifestação, uma transformação da Europa que “só é possível com um movimento popular forte, abrangente e internacional que reivindica um planeta justo e habitável”. Mas como se constrói esse movimento?

Numa das reuniões preparatórias em que participei enquanto membro da campanha Empregos para o Clima, cada organização apresentou as reivindicações que queria ver representadas e discutidas no âmbito da manifestação, o que resultou numa lista extensa e não totalmente consensual. Partindo dessa lista, as organizações escolheram seis reivindicações que consideraram representativas das suas agendas políticas e consensuais: transição justa imediata, cancelamento da dívida do Sul global; fim dos subsídios aos combustíveis fósseis; fim da publicidade às empresas da indústria fóssil; ultrarriscos e empresas poluidoras devem pagar a transição energética; energia renovável como bem público e acessível. Esta experiência contrasta com a tendência isolacionista no movimento climático, em particular durante a campanha para as últimas eleições legislativas, e é um bom exemplo daquilo que este pode e deve fazer. A urgência do combate às alterações climáticas exige união, não divisão. A criação de um programa comum que várias organizações possam subscrever e com base no qual possam promover acções de mobilização e reivindicação é grande escala é essencial. Ao focar-se nos pontos de discórdia entre as suas várias organizações e ao realizar acções de protesto que prejudicam os trabalhadores a nível pessoal e profissional, o movimento climático ganha a sua antipatia e está, na realidade, a perder tempo precioso. Tempo esse que poderia ser usado numa maior aproximação a esses trabalhadores, com base na ideia de que as suas legítimas aspirações (casa, salário, condições de trabalho, direito ao lazer, ao descanso, à cultura, à saú-

de, à mobilidade, etc.) não são incompatíveis com a transição energética, mas sim realizáveis através de uma transição justa e de um projecto (ecos)socialista emancipador.

É essa aproximação que a campanha Empregos para o Clima procura fazer. Ao propor a criação de cerca de 200 mil empregos públicos nas áreas das energias renováveis, dos transportes, da construção e da gestão das florestas, dando prioridade à requalificação profissional e recolocação dos trabalhadores que perderão os seus postos de trabalho na indústria dos combustíveis fósseis, a campanha oferece uma solução à classe trabalhadora que não implica o seu sacrifício. A variedade e a quantidade de organizações apoiantes da campanha, entre as quais se incluem associações e colectivos ambientalistas e associações promotoras do comércio justo ou pelo direito à habitação, mas também movimentos de luta contra a precariedade e sindicatos, constituem um potencial de criação de sinergias entre activistas por justiça climática e trabalhadores que não pode ser desperdiçado.

O sector dos transportes é o que mais emite gases com efeito de estufa a nível nacional, sobretudo por via do transporte rodoviário individual movido a combustíveis fósseis. Nesse âmbito, os Empregos para o Clima lançaram recentemente a subcampanha Todos a Bordo, que visa unir activistas, trabalhadores e utentes na luta por mais e melhores transportes públicos, gratuitos e de qualidade, com horários que sirvam as necessidades das pessoas, movidos a electricidade proveniente de fontes de energia renovável, para ligar o país, aumentar a mobilidade e cortar as emissões de GEE. Respeitando e valorizando sempre quem trabalha no sector, através de melhores salários e boas condições de trabalho. A mobilização de utentes dos transportes públicos para a luta climática é também importante, não só porque estes têm interesse em ver a oferta dos serviços reforçada, mas também porque já existem grupos de utentes organizados um pouco por todo o país com o intuito de reivindicar isso mesmo.

Nas eleições europeias, a direita do PPE (da AD), que financia o capitalismo fóssil em quase 360 mil milhões de euros todos os anos, voltou a vencer e a extrema-direita negacionista das alterações climáticas (veja-se a AfD, na Alemanha) ou com laivos ecofascistas (como o Rassemblement National, em França) cresceu consideravelmente. Só um projecto de justiça social e ecológica capaz de mobilizar as massas da classe trabalhadora poderá virar o jogo a favor da vida, da igualdade e da sustentabilidade. Só um enorme movimento popular terá força suficiente para derrubar o capitalismo e evitar o colapso climático.



Poema de Andreia Galvão

Porque eu sei o que é ter olho em terra de cego

Sei o que é ser pensada marroquina em França

Boa aluna para uma brasileira

Crioula da plantação nos Estados Unidos

Preta em Lisboa

Sei o que é ser estrangeira em terra minha

E estranha no meu próprio corpo

Sei que esta história não é minha

Que a minha seria

Uma ode romântica à vida que gostava de cantar

Mas penso na autora palestina que falava nas crianças que os tanques israelitas transformam em margaridas

(Poderei eu ser uma flor?)

Sei que me doi o coração quando a desumanização me faz desumanizar a dor dos outros

Fazê-la mais pequena e confortável

Para prosseguir os dias

Business as usual

Sei mais do que gostava de saber

E,

Ao mesmo tempo,

Tão pouco sobre o que me interessa



Teatro Urgência Climática de André Amálio e Tereza Havlíčková

Interpretação e co-criação - Andreia Galvão, João Oliveira, Matilde Graça, Yolanda Santos

Em Urgência Climática, a Hotel Europa reflecte sobre as mudanças climáticas e os consequentes desastres naturais que têm vindo a crescer em todo o mundo. Levaremos a palco alguns dos activistas que têm vindo a exigir mudanças urgentes na nossa relação com o planeta, enquanto os governos insistem em não colocar em prática medidas que possam reverter esta situação. Vamos conhecer as suas histórias pessoais, o início das suas lutas, as suas motivações, como esta “urgência” mudou as suas vidas, como vivem, o que fazem, o que querem, com o que sonham.

É já nos dias 5 e 6 de Julho que apresentamos a versão site-specific deste espectáculo no Teatro da Palha, em Aljezur, uma programação da Lavrar o Mar.

Livro-CD Mais Alto!

O projeto Mais Alto! nasceu antes do livro-CD, que é agora publicado pela Planeta Tangerina. Esta colaboração entre músicos e ilustradores começou com uma série de concertos comentados, dirigido a um público mais jovem (mas não só), onde se apresentam várias músicas que ilustram e documentam vários momentos da nossa história, desde o antes e depois do 25 de abril, passando pelos anos 90 e pelos anos mais recentes. Cada música é inicialmente comentada pela Isabel Martins Minhões, sendo

de seguida interpretada pelos músicos Afonso Cabral, Francisca Cortesão, Inês Sousa e Sérgio Nascimento. Os concertos são verdadeiros momentos de aprendizagem e comunhão, onde os pais acabam a dançar e a cantar em conjunto com as crianças. Este livro, que conta com ilustrações do Bernardo P. Carvalho, traz esses momentos para outros espaços, e para partilhar com os amigos e amigas, enquanto se espera por um novo concerto!guias.



dossiê

#74 SÉRIE II JULHO 2024



Futuro

@Freepik

A crise do futuro?

texto de **Andreia Galvão**

Se quiserem uma imagem do futuro imaginem uma bota a pisar numa cara humana- para sempre.

-disse Orwell no seu magnum opus 1984

Escrevo no dia 9 de Junho, momentos antes de sabermos os resultados das eleições europeias, onde se antevê uma derrota da esquerda e uma vitória cada vez mais expressiva da extrema-direita no quadro governativo da União Europeia. As derrotas sucessivas da esquerda e a impotência política aparente faz-nos crer que não há projeto de futuro socialista, de distribuição e diversidade, de combate às alterações climáticas. Parece só haver um projeto, o da desigualdade, o da política do medo e de olhar por cima do ombro. There is no alternative, diriam os teóricos do neoliberalismo.

Aceitando que cada situação carrega consigo o seu passado e o seu futuro, é inevitável não olhar para a evolução do capitalismo global senão com grande apreensão. Os tempos de sociedades com políticas redistributivas mais igualitárias, com a promoção de serviços públicos, parecem estar a tornar-se cada vez mais um sonho longínquo. Pelo contrário, assistimos ao empobrecimento dos Estados, à taxação excessiva sobre o trabalho, à devastação climática e da biodiversidade, à acumulação de propriedade que, como alguns economistas anunciam, mimetiza os regimes de acumulação feudais apropriando a inovação tecnológica como modo de expansão (Tecno-feudalismo, chama-lhe Yan-nous Varoufakis). Vagas de extrema-direita percorrem a Europa, tornando os Estados progressivamente mais autoritários. A ansiedade é um problema crónico das sociedades contemporâneas do norte global e verifica-se essa emoção nas gerações mais jovens, que crescem num mundo em retrocesso. Por exemplo, a eco-ansiedade é descrita pela American Psychology Association (APA) como o medo crónico de

sofrer um cataclismo ambiental que ocorre ao observar o impacto, aparentemente irrevogável, das mudanças climáticas gerando uma preocupação associada ao futuro de si mesmo e das gerações futuras. Da mesma forma, o termo “solastalgia”, cunhado pelo filósofo australiano Glenn Albrecht, define um conjunto de distúrbios psicológicos que ocorrem numa população nativa após mudanças destrutiva no seu território.¹

Quando aceitamos que as nossas vidas não podem ser melhores, o nosso único projeto torna-se a raiva social. Nalguns campos até, a estratégia da extrema-direita deixou de ser o negacionismo puro e duro para outros modelos de dissuasão da transformação social. Por exemplo, o neo-negacionismo climático, promovido em diversos órgãos de comunicação, especialmente de direita, diferencia-se do negacionismo tradicional porque já não nega os efeitos reais da crise climática. Ao invés disso, centra-se na promoção da ideia de que já não há caminho possível para inverter a catástrofe, de que a história já acabou e que as revoluções são coisas do século passado. De novo, a bota na cara.

É fácil simplificar a questão entre o debate no âmbito discursivo. Quando debatemos se o que é mais mobilizador é o discurso catastrofista (a distopia que o sistema potenciará) ou o discurso da esperança não reparamos que a questão profunda (e real-

mente importante) é que a dicotomia da esperança/desesperança é só pensável dentro do que hoje consideramos possível. E cumprir um novo mundo implica utilizar mecanismos de pensamento radicalmente diferentes, onde não haja lugares óbvios. Apesar disso esta problemática, parece-me estar certa sobre um aspeto: o futuro já não existe.

Em francês há dois termos que, embora pareçam semelhantes, são etimologicamente e ontologicamente bastante diferentes: future e avenir. O futuro, o futuro simples, a mera continuação da trajetória dos sistemas da sociedade dentro dos enquadramentos da possibilidade, tal como hoje os conhecemos, já não é possível. A crença de que o que acontecerá em diante será uma mera replicação do passado ou do presente não só nos rouba o potencial imaginativo como simboliza a morte da agência individual e coletiva. Precisamos de avenir, o que está por vir, de um rompimento. É esse que tem de ser tornado inevitável.

Essa imaginação, no entanto, nunca poderá nascer da elaboração teórica de um “plano”. Não bastam boas ideias, bons programas se a transformação não puder ser vista e imaginada. Como nos processos de criação artística, não basta definir que vamos escrever um livro é preciso desenhar passos tangíveis que potenciem a criação e a criatividade. Só a ação revolucionária pode desbloquear a imaginação revolucionária.

¹ “How to Cope with Climate Anxiety, with Thomas Doherty, PsyD, and Ashlee Cunsolo, PhD.” American Psychological Association, American Psychological Association, www.apa.org/news/podcasts/speaking-of-psycho-eco-anxiety. Consultado a 19 mar. 2024.

Tempo para ter tempo

texto de **Carolina Serrão**

Tempo livre. Tempo livre. Tenho de escrever um texto sobre tempo livre...

Camarim do CCB. Paredes brancas. Um texto sobre o tempo de criação... Luz branca. Artificial. Sem luz natural. Sobre o futuro do tempo-livre... Um ruído imperceptível... Tac, Tic, Vrum, Bzzz, zia... Do tempo de criação...Será alguém a martelar? Será o equipamento estragado? Será uma espécie de tortura? Comunicado.

Actores ao palco para colocação de microfones. Obrigada.

Subo. Coloco o microfone. É ensaio corrido. Só entro na cena 5. Tenho tempo de escrever até entrar em cena.

Tempo livre... Tempo livre... Como é que se escreve sobre tempo livre sem tempo livre? O ruído continua! Tac, Tic, Vrum, Bzzz... Já estão na cena 3, na próxima cena tenho de me ir aproximando do palco... Não me posso esquecer do gorro de cena.

Melhor colocá-lo à porta.

Tempo-livre... A nobreza era por defeito ociosa.

Já estão na cena 4. Tenho de ir. Estamos quase a estrear e ainda não recebemos o pagamento do primeiro mês de trabalho. O gorro! Volto atrás. Corro para não falhar a minha entrada.

"O homem põe e Deus dispõe. E depois ninguém se atreve!"

É agora. Entro em cena. Saio de cena. Pronto, agora já só volto para a cena 10.

Entre a 5 e a 10

Tenho tempo.

Entre a 5 e a 10

Tenho tempo livre.

Entre a 5 e a 10. 5 e 10. 15

Tenho tempo livre livre...para escrever

15 dias sem folga...

Telemóvel a vibrar.

Whatsapp. Grupos de whatsapp.

Tenho de publicar o comunicado da associação.

15 dias sem folga... Exausta.

"O Inverno há-de passar"

Acordo! É a minha deixa! Corro!

O tempo livre não é igual para todas as pessoas, nunca foi, nem nunca será. Antes da revolução industrial, o tempo de um camponês ou artesão era orientado pelas tarefas, a separação entre o trabalho e a vida era inexistente, sendo o tempo livre adaptável, imprevisto, intermitente e maleável, traduzindo-se em pausas para conversar ou descansar durante o tempo de trabalho e atividades pouco determinadas. Por oposição, o ócio era a condição de quem não trabalhava, um privilégio da nobreza que vivia uma vida desafogada, com tempo para ler, ir ao teatro, frequentar salões, viver uma vida em sociedade. Após a revolução industrial assistimos à reorganização do trabalho e das relações laborais que, inevitavelmente, fazem emergir novas noções de tempo livre e de ócio. O trabalho à tarefa é substituído pelo trabalho definido pelo tempo que ocupa. Ou seja, na sociedade moderna o tempo livre é visto como oposição ao tempo de trabalho, e o ócio começa a perder prestígio. O mundo modifica-se e a sociedade capitalista refina-se transformando o tempo em dinheiro e, atualmente, ninguém passa o tempo, mas antes, gasta o tempo, numa lógica de consumo, segundo a gíria popular "tempo é dinheiro". Esta lógica impele-nos, enquanto seres humanos, a sermos cada vez mais eficientes e eficazes na produção e no consumo (pedras basilares do capitalismo). Se o ato de criação é um ato que necessita de tempo (tempo livre, tempo de tédio, tempo de imaginação), mas sabemos que nem toda a gente dispõe desse tempo precioso, recurso essencial ao ato de criação, como é, hoje em dia, gasto o tempo livre?

Se fizermos scroll numa rede social temos um retrato: culto da imagem e do corpo, velocidade, networking, autoajuda, dinheiro fácil, moda e beleza, novidades, tendências, tecnologia, investimentos. Se olharmos para o ecrã do telemóvel deparamo-nos com Apps variadas: Apps para gerir melhor o tempo trabalho, Apps para ter uma alimentação saudável, Apps para alcançar uma mente sã e um corpo são, Apps para aprendermos outras línguas, Apps de finanças, Apps de investimentos, Apps de auxílio ao dia-a-dia, Apps de produtividade, Apps para regular o ciclo menstrual, Apps de poupança, Apps de passos, Apps e mais Apps. Todas estas publicações e Apps mais não são do que uma continuação do tempo de trabalho e uma forma de aniquilação do tempo livre, empurrando-nos para uma gestão eficiente e eficaz da vida e denunciando, concomitantemente, os interesses da sociedade na idade da App. Assim, a ocupação do tempo livre tornou-se, com o neoliberalismo, simplória, sem sentido,

supérflua e ilusória e alienou-nos da nossa capacidade de imaginar e criar. Não passamos de algoritmos a tentar sobreviver, de forma individual, à selva em que o mundo se transformou.

A capacidade de criar é inata ao ser humano e não podemos permitir que seja abafada pelas lógicas de mercado e pela pressão da eficiência e da eficácia. Como podemos reivindicar o direito ao tédio? Como podemos conquistar o direito ao tempo de imaginar? Como podemos reivindicar o direito a não produzir? Como podemos contrariar a sociedade da eficiência e eficácia? Temos de exigir tempo, tempo de tédio, tempo de imaginação, tempo de criação, porque o tempo não pode ser uma condição de quem tem dinheiro. A precariedade onde as pessoas vivem deve ser o motor para a luta pelo direito ao tédio, à imaginação e à criação. Temos de dizer não à eficiência e eficácia que nos impõem. Temos de ter a capacidade de romper com o passado, onde só alguns tinham direito ao ócio e à fruição cultural. Saíamos do algoritmo que nos ego-centra e dos ecrãs de telemóvel que nos encandeiam, olhemos para o mundo que nos rodeia e juntemo-nos. A cultura e o coletivo são a alavanca para se combater o neoliberalismo que nos torna egoístas, individualistas e concorrentes, por isso é que nos cortam o direito a criar, por isso é que nos monopolizam o "tempo livre" e nos isolam. Se não começarmos hoje, o tempo livre pleno, sem exigências, sem objetivos, sem pressão, no futuro, será uma miragem. Como pode uma pessoa ter tempo para _____ quando tem de apanhar um autocarro às 4h da manhã para limpar casas? Como pode uma pessoa ter tempo para _____ quando o dinheiro não é suficiente para pagar as contas? Como pode uma pessoa ter tempo para _____ quanto o seu trabalho é precário e intermitente? Como pode uma pessoa ter tempo para _____ quando o estado lhe vira as costas? Como pode uma pessoa ter tempo para _____ quando é pressionada a gerir os seus recursos de forma eficiente e eficaz? Está na altura de lutarmos por termos verdadeiramente tempo-livre.

*Este texto foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico, entre ensaios, idas a palco, mudanças de figurinos, num camarim de uma grande sala de espetáculos, ansiosa por passar o recibo-verde que me garante o pagamento das contas mas que não me garante o tempo para imaginar. Desencantada com o estado da coisa e consciente que não estou só. A luta pelo direito ao tempo é e será coletiva.

Libertar o futuro

texto de *João Teixeira Lopes*

O vaivém entre os tempos alimenta a imaginação e abre os caminhos do possível. Ir ao passado, sentir o presente, por um pé no futuro não é matéria ficcional. É algo que podemos fazer todos os dias se não estivermos amarrados à presentificação, essa ditadura do aqui e agora que não nos deixa pensar de outra maneira. Assim, gostaria de propor-vos um exercício benévolo e otimista, mesmo sabendo que é apenas uma hipótese, um caminho entre encruzilhadas, nem sequer o mais provável, dada a atual configuração da relação de forças e de crenças sobre o valor do conhecimento. Nessa brecha do possível, recusar-se-iam quer as perspectivas utilitárias que o reduzem a mera instrumentalidade técnica e cientista (versões do positivismo), quer as que o denunciam como inviável, eternamente aquém e além da verdade, pela sua irreduzível dependência a interesses (versões pós-modernas que encaram toda a produção metódico de conhecimento como estratégia performativo e retórico, incapaz de traduzir a realidade). Este sistema de crenças produz uma hegemonia conservadora de sinais contrários, unida, todavia, na cultura do superficial-a-toda-a-velocidade.

Gostaria de deixar claro um pressuposto: para o cenário ter validade e relevância, deve construir-se, em simultâneo, no mesmo e indissociável movimento, como possibilidade de conhecimento-transformação (ao conhecer transforma-se o mundo; ao transformar o mundo conhece-se; ao conhecer-transformar conhecemo-nos e transformamo-nos mutuamente porque não estamos fora do mundo, num qualquer lugar absoluto e soberano). Destaco, em consequência, quatro direções, todas elas interligadas, para forçar os limites do presente.

1) O conhecimento no futuro será integrador e combaterá a excessiva dispersão, fragmentária a um ponto tal que qualquer síntese se torna impossível. Queremos ser ignorantes especializados ou articuladores das relações que compõem os fenómenos? Nesse sentido, o saber terá uma vocação organizativa transdisciplinar, pois colocará questões que atravessam as redes disciplinares, sem delas prescindir. De maneira a avançar-se em direção à transdisciplinaridade há que dominar bem as disciplinas, num momento prévio, para depois, só depois, as transcender. Ao ser assim, integrador e sintético, o conhecimento procurará as grandes linhas de força que dizem respeito ao nosso viver em conjunto, pois não há realidade que não seja biológica, social e cultural. Ciências sociais, ciências da vida, filosofia, matemática, física...serão convocadas para se relacionarem e produzirem ângulos novos sobre o nosso estar-no-mundo. Nesse afã, encontrar-se-ão regularidades, algumas transhistóricas e universais, mas nem por isso inevitáveis (por exemplo, a dominação social ou a dominação masculina), que nos ajudarão a ter consciência dos pesados constrangimentos que condicionam a nossa ação, operação indispensável para os superarmos. Não que isso signifique dogmatizar essências ou postular a homogeneização dos fenómenos: para prosseguirmos no exemplo, importaria demonstrar como a dominação social se declina numa grande variedade de formas e formações sociais, no espaço e no tempo (ordens, classes, castas...), tal como a dominação masculina se irradia entre um continuum formal/informal; interpessoal/institucional; micro quotidiana/estrutural.

Mas, sem conhecermos essas linhas de força, ficaremos sempre aquém do esforço que urge fazer para um futuro outro. Ao contrário das derivas pós-modernas, que confundem o cariz situado do conhecimento com a impossibilidade de conhecer, não rejeito a procura de causas, nem o seu encadeamento, plural e dinâmico. O que existe tem uma facticidade material e real, não se desmaterializa em 'narrativas', 'discursos' ou 'linguagens', é possível (é urgente!) explicar e compreender e não apenas "desconstruir" superfícies intertextuais.

2) O conhecimento no futuro será consubstancial, procurará todo o sistema de relações que se implicam mutuamente e em conjunto para determinar um fenómeno, sem varrer para o caixote do lixo tudo o que não encaixa nas "categorias" escolásticas e meramente teóricas ou dogmáticas: por isso, ele mover-se à vontade no estudo das contradições, das ambivalências e da complexidade. Se queremos compreender o sexismo, por exemplo, teremos não só de perceber como se reproduz o sistema "sexo-género", como a sua íntima articulação com a subordinação do trabalho reprodutivo, a biologização e naturalização do cuidado (na íntima relação com a altricialidade secundária da espécie humana), a divisão sexual e social do trabalho no capitalismo tardio, a racialização de certas profissões (quando as famílias médias e alto burguesas externalizam o trabalho do cuidado), etc. Quer isto dizer que, em vez de pensarmos em 'entidades' separadas (classe, sexo, género, raça), melhor seria se olhássemos para a totalidade da experiência vivida, unindo o mais fenomenológico ao mais enraizado

estruturalmente (o corpo da mulher, para seguirmos nesta senda, é uma arena viva onde se manifestam indissociavelmente relações de dominação simbólica, exploração física e apropriação do trabalho).

3) O conhecimento no futuro respeitará a pluralidade das inteligências, desprezando as concepções monistas que apenas valorizam a racionalidade, ou a técnica, ou a experiência, ou, ainda a sensibilidade, respeitando, sem hierarquizações, a circulação e o intercâmbio de saberes. Este objetivo implica superar as dicotomias entre o 'puro' e o 'aplicado', o 'erudito' e o 'popular', o 'teórico' e o 'prático', o 'intelectual' e o 'físico', o 'material' e o 'simbólico', entre tantas outras. Tal não significa que, por interpelação de um problema concreto, se deixe de mobilizar preferencialmente um tipo específico de conhecimento. As vacinas contra a Covid-19 apenas foram possíveis, para além dos extraordinários apoios políticos e financeiros que receberam, porque existia um corpo de conhecimento propriamente científico, dotado de uma certa autonomia e património que foi possível mobilizar. Contudo, se procurarmos saber, por exemplo, o que a arte acrescenta ao mundo, outros saberes seriam indagados, da mesma forma que, sem um entendimento da linguagem como operador simbólico, em nada se compreenderia a construção prática das identidades-em-relação. Também nesse sentido, o conhecimento integra, sem deixar nada ou ninguém de fora.

4) O conhecimento no futuro será coletivamente cumulativo e colaborativo, pois os pequenos passos em conjunto fazem os

gigantes e os génios dormem nos cemitérios. É a rede, a partilha, o galo que toma o canto de outro galo para fazer a manhã, glosando o poeta João Cabral de Melo Neto. A lógica individualista da pretensa 'excelência' baseia-se no grande esquecimento da relação social como fonte e veículo da aprendizagem. A competição segrega e divide, é autoexploração socialmente induzida sob a égide do 'projeto' e paupérrima nos seus resultados, pois esquece todas as minuciosas peças que compõem o puzzle cumulativo. A emulação cria, além do mais, os seus deuses. Imitar, venerar, obedecer ao chefe todo-poderoso e cognoscente ou à palavra 'sagrada' que anuncia o 'absoluto' ou a 'verdade' é da ordem do religioso e não da possibilidade. Assim, colaborar não é nivelar nem esquecer as contribuições individuais, é participar uma teia ampla e em construção, feita de todos os fios e da forma como se entrecem. Colaborar também não dispensa as tarefas de criticar, melhorar, duvidar. Conhecer não é obedecer; é estabelecer sentidos, relações e hipóteses, sob e com um património comum de inteligibilidade. Para tal, não dispensará o conhecimento do futuro de promover a crítica cruzada cerrada e tão impiedosa quanto amiga da procura da 'verdade' (sempre incompleta e vulnerável).

Em suma, o conhecimento no futuro seria i) integrador; ii) consubstancial; iii) plural; iv) coletivo e v) colaborativo, compromisso vivo com o mundo, com todas as espécies que habitam o planeta, tradução solidária da sua viabilidade. Nessas condições, poder-se-ia libertar o futuro da sua inevitabilidade, pois ele deixaria de ser conforme e predestinado.

Para ler mais

Bourdieu, Pierre (1985), Propositions pour l'Enseignement de l'Avenir, <https://acireph.org/nos-recherches/regards-historiques/documents-relatifs-a-la-guerre-des-programmes/article/propositions-pour-l-enseignement-de-l-avenir-par-pierre-bourdieu>

Galerand, E. & Kergoat, D. (2014). Consubstantialité vs intersectionnalité? À propos de l'imbrication des rapports sociaux. *Nouvelles pratiques sociales*, 26(2), 44–61. <https://doi.org/10.7202/1029261ar>

Lahire, Bernard (2023), *Les Structures Fondamentales des Sociétés Humaines*. Paris : La Découverte

Pinto, José Madureira (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*. Porto: Afrontamento

O Futuro da educação escolar e as crianças

texto de *Manuel Sarmiento*

Uma corrente na prospetiva educacional vaticina que o futuro da educação não terá escolas[i]. Ainda que esta corrente seja minoritária no campo das Ciências da Educação, ela traduz uma tendência que tem vindo a ser progressivamente afirmada pelo pensamento neo-liberal. A emergência e desenvolvimento crescente do ensino doméstico, sobretudo nos Estados Unidos da América; as profecias disfóricas acerca da morte do pensamento crítico e da criatividade humana pelo domínio da Inteligência Artificial; o declínio das instituições da modernidade – O Estado-Nação, a democracia liberal, a justiça, as instituições escolares – e a prevalência da “sociedade do mercado”; a substituição da relação pedagógica face-a-face pela virtualização da transmissão de conhecimentos – tudo isto concorre para esta visão decetiva do futuro das escolas como instituições públicas, reguladas pelo Estado, de comunicação de

saberes e de cultura às novas gerações. O império do mercado, nomeadamente das empresas de conteúdos digitais, anuncia-se como alternativa. Tudo isto em perfeita sintonia com uma radicalização do processo moderno de individualização. A “socialização para o individualismo” (Beck & Beck-Gersheim, 2003)[ii] encontra o seu ponto paroxístico na visão de uma sociedade em que as crianças são entregues a si próprias em processos auto-educativos, sustentados em plataformas digitais, com suporte parental e o recurso às empresas de serviços que oferecem no seu menu atividades de lazer, artísticas, desportivas e outras. A desigualdade e a estratificação social têm campo aberto de renovação e crescimento.

É certo, que a escola, na sociedade capitalista, sempre se deu bem com a desigualdade e a estratificação social. Não obstante, nos “corredores de liberdade” que a autonomia institucional relativa potencia, ao longo dos dois séculos e meio de escola pública, foi possível afirmar a potencialidade de uma educação alternativa, onde as crianças se encontram entre si e com a cultura, no seio da qual desenvolvem o seu pensamento criativo e crítico, se abrem para a diferença e se constituem como cidadãos ativos na construção esperançosa de um mundo justo e igualitário.

É esta potencialidade da escola como bem público, onde a aprendizagem se cruza com a capacidade de construir entre pares uma consciência crítica do mundo, que, nas circunstâncias atuais, importa pensar o futuro da educação escolar, como resistência e como projeto de esperança[iii].

Este projeto só faz sentido, todavia, se a transformação da escola se constituir como uma pedra angular na construção de um outro mundo possível. A escola do futuro sê-lo-á se constituir um espaço público interclassista, onde seja possível a partilha de saberes e culturas, onde se universalize o acesso à ciência e ao conhecimento, onde se desarmadilhe a fraude da meritocracia, mas onde também convivam, se respeitem e intercetem saberes de diferentes povos e etnias. A escola do futuro assume-se claramente como uma escola de valores e por isso propõe-se desmontar as ideologias e os preconceitos racistas, xenófobos, homofóbicos, patriarcais, paternalistas, sexistas, familialistas, idadistas, discriminatórios por aspeto físico ou em razão de deficiência. A escola do futuro é uma escola não violenta, assente numa ética de cuidado e

competente no acolhimento e no respeito dos ritmos de cada um. A escola do futuro é também a escola da participação infantil, onde a voz das crianças é escutada e acolhida e onde o ambiente democrático favorece a livre expressão das ideias e promove os consensos na decisão. A escola do futuro é, finalmente, a escola de uma profissionalidade docente, onde os professores são reconhecidos na sua autonomia e dignidade profissional e onde se sentem realizados pessoalmente no processo humanizador na educação dos mais novos.

Uma escola assim implica uma renovação pedagógica e uma transformação do modelo organizacional. A renovação pedagógica supõe o reencontro com as correntes pedagógicas (de Dewey, Montessori, Freinet, Rogers, Freire, etc.) que, sendo hegemônicas no discurso educacional, sempre se manifestaram como minoria nos quotidianos escolares. Os contributos da pedagogia crítica são determinantes numa conceção emancipatória da relação pedagógica^[iv]. O modelo organizacional deve poder incorporar no ato educativo a abertura da escola ao convívio com a cidade e com a vida, com os museus, os parques, as

bibliotecas, as galerias de arte e os recursos educacionais não formais disponíveis; deve ser flexível e fazer do projeto criativo a condição de um conhecimento que se apreende melhor porque é transformador; deve incorporar as tecnologias digitais, instrumentalizando-as na potenciação da construção de saberes que se adquirem presencialmente na interação de pares e dos alunos com os professores.

A escola do futuro é essa construção presente de um projeto de cidadania social, cognitiva e cultural das crianças e dos jovens.

[i] Cf. OECD (2020), *Back to the Future of Education: Four OECD Scenarios for Schooling, Educational Research and Innovation*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/178ef527-en..>

[ii] Beck, Ulrich & Beck-Gernsheim, Elisabeth (2003). *La Individualización. El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona. Paidós (trad. cast.)

[iii] Apesar de algumas ambiguidades (não será a menor delas a defesa consensualista de “um novo contrato social para a educação”), o relatório da UNESCO sobre o futuro da educação (conhecido como relatório Nóvoa) afirma o projeto igualitário da educação escolar e afirma a escola como bem-público. UNESCO (2022). *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. Paris. UNESCO: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>

[iv] Cf. Klees, Steven J (2020). *Beyond neoliberalism: Reflections on capitalism and education*. *Policy Futures in Education*, Vol. 18(1) 9–29

Simcity: a cidade do futuro é feita de pessoas e não de carros

texto de
Ricardo Moreira

Manuel Castells (1977), discutia no seu texto *The Urban Question. A Marxist Approach* que “toda a forma de matéria tem a sua história” e, logo, também a história do processo de urbanização tem, (apesar de ser um processo complexo e contraditório), a sua própria história (apesar de ser um processo complexo e contraditório). Ou seja, as cidades são parte *lieu* do processo social. O autor explora o processo de urbanização como uma característica do capitalismo, argumentando que a cidade é um produto social e um meio de reprodução do capitalismo, lugar de produção económica e de reprodução social e cultural.

Também David Harvey (1985) defendeu que o processo de urbanização era eminentemente resultado do processo de acumulação capitalista, valorizando a ideia da luta de classes como outro dos fatores de criação das cidades. Para Harvey, os fluxos de capital, compreendendo tanto a produção como o consumo, que acontecem no ambiente construído, criam ligações estruturais que fazem parte desse processo de urbanização capitalista.

E então, como é a cidade do futuro?

Se experimentares procurar as cidades do futuro na internet vais ver que têm estradas e carros, até têm arranha-céus verdes, mas não têm pessoas. O mesmo se passa na publicidade. Há um contraste desconcertante entre os anúncios de automóveis e andar de automóvel na cidade. Nos anúncios, os carros são liberdade, são independência, não há ninguém nas estradas, aquela estrada foi feita para ti, é nova a estreitar. Estradas vazias parecem ser sinónimo de liberdade. Na vida real o trânsito não pára de piorar e parece que há cada vez mais carros. Parece? Não, há mesmo. Em apenas três anos passou a haver mais 450 mil carros em Portugal, e Lisboa tornou-se a segunda cidade europeia onde conduzir é mais stressante.

Mas, sejamos honestos, não é só em Portugal. Por todo o lado há cada vez mais carros e os carros ocupam cada vez mais espaço nas nossas cidades. O que não tem nenhum sentido, porque estão estacionados 92% do tempo e ocupam mais de 50% do espaço público das cidades. Mais ainda, os carros são a principal causa de morte de crianças e jovens, representam quase um terço do total das emissões de gases de efeito estufa, e quase a totalidade das emissões dos transportes.

Apesar de tudo isto, nos últimos 70 anos sempre nos disseram que o carro era a solução e, quando havia trânsito, a resposta era sempre: sem stress, abrimos mais uma faixa. Só mais uma faixa de rodagem. Mentiram-nos. A mentira foi tão profunda que nem os jogos de computador escaparam: no SimCity não há parques de estacionamento. Porque se houvesse, as cidades no computador não funcionavam, como não funcionam as do mundo real.

Agora, imagina que mudávamos a mobilidade toda da cidade. Imagina que as deslocações passavam a ser principalmente de transportes públicos, bicicleta e a pé, guardando os automóveis para funções que não podem ser feitas de outra maneira... isso queria dizer que poderíamos recuperar uma fatia enorme do espaço público. Ou seja, podíamos desenhar uma outra cidade, uma cidade do futuro.

Estamos habituadas a pensar as ruas como infraestrutura de deslocação, mas as ruas são muito mais do que isso. Com menos carros, as ruas passam a ser para nos deslocarmos, para passearmos, para nos encontrarmos, para comermos, para as crianças brincarem, para namorar, para nos manifestarmos. Em vez de serem espaços de afastamento, podem ser espaços de proximidade, de aproximação, onde as pessoas ganham espaço. Onde os vizinhos e vizinhas se encontram nos novos parques infantis, onde nos protegemos do calor das alterações climáticas nos novos jardins, onde ganhamos permeabilidade retirando o alcatrão para nos protegermos das cheias, onde voltamos ao comércio de proximidade. Salvador Rueda, o inventor dos super quarteirões de Barcelona, fez as contas: com menos 15% de carros, conseguimos ter mais 70% de espaço público na cidade.

Compreendendo tudo isto, precisamos de criar um mapa das não estradas, um mapa para guiar a mobilidade eliminando a dependência desse artefato tão recente e hegemónico: o carro. O primeiro passo para desenhar um mapa é ter um plano, saber o que queremos. E o que queremos é deixar de nos preocupar com a mobilidade dos carros e começar a pensar em como podemos dar mobilidade às pessoas. Mudar a célula de análise muda a nossa análise por completo: queremos mover pessoas e não carros.

Depois, temos de criar uma mobilidade que responda a mais gente e não a uma minoria, como fazem os carros. No trans-

portes públicos viajam crianças, pessoas idosas, mais mulheres, pessoas que vivem do seu trabalho; nos carros também, mas a proporção de homens de classe média, e acima, é dominante. Porque haverão deles de ficar com mais de metade do espaço público? Mover pessoas é também uma política de redução das desigualdades sociais e territoriais.

E se temos uma política para as 99%, então temos de garantir que participam na sua construção. Só a participação de todas as pessoas nos processos de planeamento e gestão do sistema de transportes garante um sistema vivo.

O mapa deve ainda tratar da velocidade, porque a velocidade abranda a cidade e mata, principalmente crianças. Precisamos de medidas físicas de acalmia de trânsito e de zonas sem carros perto das escolas e hospitais. Ao invés temos de criar maneiras de andar a pé em segurança, dando prioridade a esse modo de mobilidade, com passeios amplos, com árvores, com passeadeiras seguras. A velocidade de atravessamento de uma passeadeira tem de ser ditada pelas pessoas idosas e nunca pela velocidade de um carro.

O mesmo se passa com a mobilidade em bicicleta. Precisamos de redes radicais para as bicicletas, que cheguem às escolas e serviços públicos e sistemas de bicicletas partilhadas que funcionem. Para muitas pessoas é mais rápido e fácil, se for seguro.

E não vale a pena ter só cenouras, é preciso desincentivar as deslocações por automóvel, reduzindo o número de lugares de estacionamento, dedicando os que há a residentes, tarifando o estacionamento à superfície e criando zonas de emissões reduzidas e tarifas à entrada das cidades. Só o podemos fazer com bons transportes públicos? Sim, claro. Vamos a isso.

Com o custo social e ambiental da cidade feita para carros e com uma promessa tão grande quando reduzimos a nossa dependência do automóvel, é obrigatório começarmos esse caminho de retirar carros para ganhar espaço para estarmos juntas, usando o espaço público como lugar não só de mobilidade, mas também de encontro, de comércio, de saúde, de defesa dos ecossistemas.